

Contribuições do financiamento global do banco mundial para o desenvolvimento de políticas educacionais eficientes: uma análise bibliográfica da literatura

CONTRIBUTIONS OF WORLD BANK GLOBAL FINANCING TO THE DEVELOPMENT OF EFFICIENT EDUCATIONAL POLICIES: A BIBLIOGRAPHICAL ANALYSIS OF THE LITERATURE

Rosemare Cristina da Paixão¹, Thaís Pinto da Rocha Torres²

Autor para correspondência:
Rosemare Cristina da Paixão

Endereço completo: Rua
Carlinhos Candian, Distrito de
Doutor Sá Fortes, 36220-000,
Antônio Carlos - MG, Brasil

E-mail:
rosemare.paixao@educacao.mg.gov.br

Declaração de Interesses: Os autores certificam que não têm nenhum interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em conexão com o manuscrito.

O objetivo geral deste estudo é investigar a influência do financiamento do Banco Mundial no ensino médio integral, por meio de uma revisão bibliográfica e da análise das políticas educacionais oficiais. O problema central em questão é a adaptação do sistema educacional brasileiro às necessidades do mercado de trabalho globalizado, sob a influência de organismos financeiros internacionais. A hipótese levantada sugere que as reformas, embora vise uma melhoria educacional, priorizam interesses econômicos e globais em detrimento das necessidades locais. Os dados foram coletados de documentos do Ministério da Educação e análises de especialistas, abrangendo uma ampla gama de fontes oficiais. Os resultados indicam que as reformas atendem principalmente a demandas financeiras e ideológicas, com menos foco em aspectos pedagógicos. Conclui-se que, enquanto as reformas podem trazer avanços em termos de alinhamento com o mercado de trabalho, há riscos significativos de comprometer a formação holística dos estudantes.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio. Políticas educacionais. Financiamento do Banco Mundial. Influência internacional.

The general objective of this study is to investigate the influence of World Bank financing on full secondary education through a bibliographical review and an analysis of official educational policies. The central issue concerns the adaptation of the Brazilian educational system to the demands of a globalized labor market under the influence of international financial organizations. The hypothesis suggests that, although the reforms aim to improve education, they ultimately prioritize economic and global interests to the detriment of local needs. Data were collected from Ministry of Education documents and expert analyses, covering a wide range of official sources. The results indicate that the reforms primarily address financial and ideological demands, with comparatively less emphasis on pedagogical aspects. The study concludes that, while these reforms may promote alignment with labor market requirements, they also pose significant risks to the holistic education and development of students.

Keywords: High school reform. Educational policies. World Bank financing. International influence.

¹ Centro Universitário Unihorizontes, Minas Gerais, Brasil. <https://orcid.org/0009-0005-9948-6753>

² Centro Universitário Unihorizontes, Minas Gerais, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9920-0472>

INTRODUÇÃO

A implementação de políticas de financiamento do Banco Mundial no ensino médio integral representa um campo fértil para investigações detalhadas e técnicas. Ao considerar o investimento, o financiamento, o orçamento público e o ensino médio em tempo integral, torna-se relevante analisar o impacto dessas políticas no cenário educacional. A eficácia dessas intervenções financeiras, especialmente no que tange ao aprimoramento da qualidade e da acessibilidade da educação, deve ser examinada. A perspectiva de análise abrange não apenas a quantia de recursos alocados, mas também sua gestão eficiente e o retorno desses investimentos em termos de resultados educacionais (Chaves; Silva D. C. C.; Silva C. C., 2019; Harvey, 2018).

A revisão documental aplicada neste contexto, de acordo com Brizola e Fantin (2017), permite uma análise abrangente das pesquisas e documentos relevantes, identificando tendências, lacunas de conhecimento e novas possibilidades de investigação.

A centralidade deste estudo reside na investigação do impacto do financiamento do Banco Mundial no ensino médio integral, um tema que desperta questionamentos significativos no contexto educacional brasileiro. O principal desafio é entender como os recursos investidos têm se refletido na qualidade do ensino oferecido, especialmente considerando os relatos de resultados insatisfatórios no ensino médio. Apesar dos investimentos substanciais, as escolas de ensino médio integral no Brasil enfrentam desafios persistentes em termos de desempenho e eficácia educacional (Chaves; Silva D. C. C.; Silva C. C., 2019). Portanto, a questão que norteia esta pesquisa é: o financiamento do Banco Mundial influencia a qualidade do ensino médio integral no Brasil? Esta pergunta se fundamenta na necessidade de uma análise da aplicação desses recursos e seus resultados, explorando a complexa relação entre financiamento, gestão de recursos e desempenho educacional nas escolas beneficiadas.

O objetivo geral deste estudo é investigar a influência do financiamento do Banco Mundial no ensino médio integral, por meio de uma revisão bibliográfica e da análise das políticas educacionais oficiais. O estudo adotará uma abordagem bibliográfica para analisar a literatura e relatórios de políticas educacionais de várias regiões do mundo. Este estudo pretende contribuir com percepções significativas para o desenvolvimento de políticas educacionais eficientes e para uma compreensão mais profunda dos efeitos do financiamento global em educação.

A necessidade de reformular e aprimorar o Ensino Médio, especialmente em países emergentes está intrinsecamente ligada à crescente demanda por um sistema educacional que não apenas atenda às expectativas do mercado de trabalho, mas também promova uma formação integral e multifacetada dos jovens. A adoção de políticas educacionais que visam a implementação de escolas de tempo integral, alinhadas às diretrizes e recomendações de organismos internacionais como o Banco Mundial, reflete um esforço para combater o descompasso entre os objetivos educacionais propostos e a realidade dos resultados obtidos. Este estudo, portanto, busca analisar criticamente o financiamento do Banco Mundial no ensino médio em tempo integral, considerando a eficácia deste investimento em termos de resultados educacionais e o impacto socioeconômico gerado (Brasil, FNDE, 2018; CGU, 2019).

A investigação sobre o financiamento do ensino médio em tempo integral por instituições como o Banco Mundial é de extrema importância tanto para o campo acadêmico quanto para profissionais da educação. Ao examinar os efeitos dessas políticas de financiamento em escala global, este estudo oferece insights sobre a eficiência do gasto público em educação e as consequências sócio econômicas dessas intervenções. Além disso, ao analisar a relação entre investimento educacional e o desenvolvimento de capital humano, contribui-se para um entendimento mais profundo sobre como as políticas educacionais podem ser estruturadas para atender às demandas contemporâneas do mercado de trabalho e da sociedade como um todo (Chaves; Silva D. C. C.; Silva C. C., 2019; Harvey, 2018).

MÉTODO

Foi realizada uma busca sistemática na literatura nas bases de dados Scopus e SPELL, empregando as palavras-chave “investimento”, “financiamento”, “orçamento público”, “ensino médio em tempo integral” e “Banco Mundial” em inglês e em português. Estes termos foram selecionados devido à sua relevância direta no contexto da pesquisa, possibilitando uma abordagem abrangente sobre o financiamento educacional e sua eficácia. A inclusão de termos em ambos os idiomas assegura uma compreensão global do tema, com estudos de diversas regiões. Este método possibilita uma análise variada, para entender as nuances do financiamento no ensino médio integral.

Foram selecionados estudos publicados a partir de setembro de 2016, quando foi publicada a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que trata da criação do Novo Ensino Médio até o ano atual, abrangendo, assim, oito anos de literatura acadêmica. Este intervalo foi escolhido para capturar as tendências e mudanças nas políticas de financiamento e seus impactos no ensino médio em tempo integral ao longo do tempo. A análise de um período permite identificar padrões evolutivos, mudanças na abordagem do Banco Mundial e a adaptação das políticas educacionais em diferentes contextos sociopolíticos e econômicos. Este aspecto temporal é vital para compreender a dinâmica do financiamento educacional e sua correlação com a qualidade do ensino.

Para a estratégia de busca, o operador “OR” foi utilizado para incluir sinônimos ou termos relacionados, ampliando o escopo da pesquisa. Já o operador “AND” assegurou que todos os principais termos fossem abordados. O uso de parênteses para agrupar termos relacionados permitiu uma pesquisa mais focada e eficiente. A combinação desses operadores na busca é fundamental para garantir que a pesquisa seja ao mesmo tempo abrangente e precisa, capturando uma variedade de estudos relevantes que abordam diferentes dimensões do financiamento no ensino médio integral.

A formulação final do prompt de pesquisa na Scopus foi: (Investimento OR Investment) AND (Financiamento OR Funding) AND (Orçamento Público OR Public Budget) AND (Ensino Médio em Tempo Integral OR Full-time Secondary Education) AND (Banco Mundial OR World Bank). Esta formulação foi pensada para assegurar que todos os artigos relevantes fossem incluídos na análise, proporcionando uma base sólida para uma revisão bibliográfica abrangente.

Foram incluídos no estudo artigos de pesquisa originais escritos em inglês e em português, dos últimos oito anos, que relataram sobre o impacto do financiamento no

ensino médio de tempo integral. A inclusão desses artigos proporciona uma análise diversificada, refletindo uma variedade de contextos educacionais e abordagens de financiamento. Esta seleção é essencial para entender não apenas o impacto do financiamento, mas também como ele é percebido e implementado em diferentes contextos culturais e educacionais.

Foram excluídos do estudo artigos que não focavam diretamente no financiamento do ensino médio integral ou que não abordavam o papel do Banco Mundial nesse contexto. Além disso, estudos que se concentravam exclusivamente em aspectos não relacionados ao financiamento, como currículo ou métodos pedagógicos, também foram descartados. Essa exclusão foi crucial para manter o foco da pesquisa no impacto financeiro e nas políticas do Banco Mundial, garantindo a relevância e a precisão dos resultados da pesquisa. A inclusão foi restrita a artigos que discutiam explicitamente as políticas de financiamento do Banco Mundial e seu impacto direto no ensino médio integral. Além disso, foram considerados estudos que avaliaram o retorno desse investimento em termos de resultados educacionais, como melhoria da qualidade do ensino e desempenho dos alunos. Esta seleção assegura que a revisão da literatura se concentre em avaliar a eficácia do financiamento no âmbito educacional, estritamente relacionados à proposta do artigo.

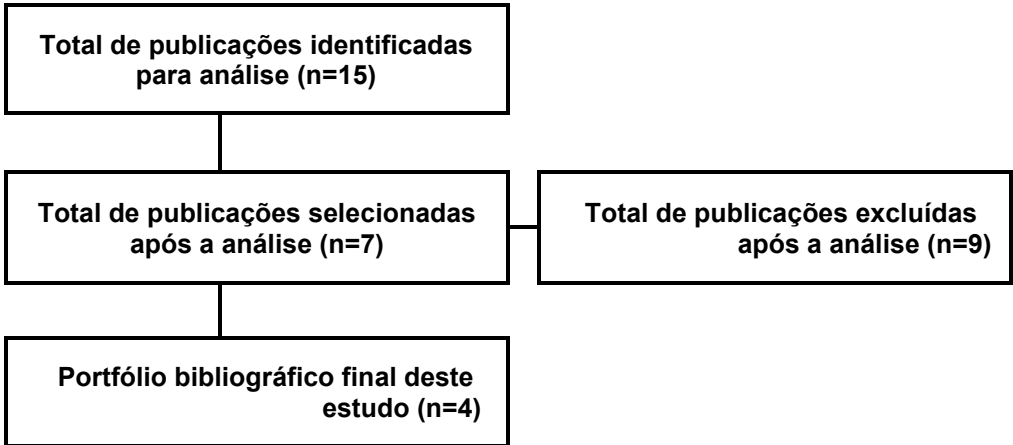
Cada artigo selecionado foi caracterizado e avaliado quanto à sua qualidade metodológica, relevância para a pergunta de pesquisa e contribuição para o entendimento do tema. Esta análise é fundamental para garantir que a revisão bibliográfica seja baseada em estudos robustos e confiáveis, permitindo conclusões bem fundamentadas sobre o impacto do financiamento do Banco Mundial no ensino médio integral.

Os conceitos importantes identificados nos artigos foram comparados e contrastados, permitindo uma análise das abordagens de financiamento e seus resultados. Esta comparação enriquece a discussão, destacando semelhanças e diferenças nas estratégias de financiamento e seus impactos em diferentes contextos. Este aspecto da análise é crucial para compreender a complexidade do financiamento educacional e para identificar as melhores práticas e áreas que necessitam de mais pesquisa.

Para a análise dos artigos científicos selecionados, foram estabelecidos critérios específicos de exclusão, resultando em um total de nove artigos excluídos do estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: 1) Artigos que não abordavam diretamente o impacto do financiamento do Banco Mundial no ensino médio em tempo integral; 2) Publicações que não apresentavam dados empíricos ou análises estatísticas relacionadas ao financiamento educacional; 3) Estudos que focavam exclusivamente em aspectos políticos ou teóricos sem correlação direta com o financiamento do ensino médio; 4) Artigos fora do período de tempo estabelecido (2016 - presente); 5) Publicações que não estavam escritas em inglês ou português; 6) Trabalhos que analisavam outras formas de financiamento educacional não relacionadas ao Banco Mundial; 7) Estudos com abordagens metodológicas inadequadas ou de baixa qualidade; 8) Artigos que não contribuíam significativamente para responder à questão de pesquisa do estudo.

A seguir será apresentado um fluxograma explicando detalhadamente o processo de inclusão e exclusão dos artigos:

Figura 1 - Fluxograma da análise de inclusão e exclusão realizada



Fonte: Elaboração própria (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização da análise dos artigos científicos, primeiramente apresenta-se a introdução dos resultados.

A tabela a seguir relaciona as referências bibliográficas mencionadas anteriormente, organizadas conforme os critérios solicitados:

Tabela 1 - Textos eleitos para o estudo

Autores (Ano)	Título da Publicação	Ano da Publicação	Local da Publicação
Chaves, Silva e Silva (2019)	A relação da formação de capital humano com o desempenho econômico brasileiro	2019	Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 52
Evangelista <i>et al.</i> (2019)	Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional	2019	Trabalho e educação: interlocuções marxistas. Editora da FURG
Harvey (2018)	A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI	2018	Boitempo, São Paulo
Banco Mundial (2017)	Avaliação do Sistema de Gestão Socioambiental: Programa de apoio à implementação do Novo Ensino Médio	2017	Banco Mundial, Brasília

Fonte: Elaboração própria (2024).

Na análise de literatura, foram considerados os seguintes critérios para exclusão dos artigos: relevância direta com o tema do financiamento do Banco Mundial no ensino médio em tempo integral e contribuição significativa para a compreensão do impacto financeiro e educacional dessa iniciativa. Assim, artigos que não estavam diretamente relacionados a esses aspectos ou que forneciam informações redundantes foram excluídos. Dos 15 artigos inicialmente considerados, quatro foram incluídos por atender em plenamente aos critérios de inclusão, que abrangiam relevância temática, profundidade analítica e atualidade das informações.

Os resultados levantados pela análise bibliográfica dos artigos científicos sobre o financiamento do Banco Mundial no ensino médio em tempo integral têm implicações significativas para o contexto atual e projeções futuras. Eles indicam uma necessidade contínua de avaliação e revisão das estratégias de financiamento para garantir que os investimentos estejam alinhados com as metas educacionais desejadas e sejam eficazes na melhoria da qualidade do ensino. Essas implicações são cruciais em um momento em que a educação global enfrenta desafios sem precedentes, como a necessidade de adaptação a modelos de aprendizagem remota e híbrida devido à pandemia de COVID-19. A análise sugere que um alinhamento mais efetivo entre o financiamento e as metas educacionais pode ser necessário para enfrentar esses desafios.

Olhando para o futuro, os resultados da análise destacam a importância de abordagens inovadora se adaptáveis no financiamento da educação. À medida que o mundo se adapta a novas realidades e desafios no setor educacional, a forma como o financiamento é alocado e gerenciado precisa evoluir. Isso inclui uma consideração cuidadosa sobre como as políticas de financiamento podem melhor apoiar não apenas a educação formal, mas também iniciativas que promovam a aprendizagem ao longo da vida, habilidades digitais e outras competências cruciais para o século XXI.

Dinâmicas Econômicas, Políticas e Ideológicas

A implementação da Reforma do Ensino Médio no Brasil, particularmente sob a Lei 13.415/2017, e o financiamento externo do Banco Mundial para esta reforma, revisitam diversas questões críticas. O financiamento do “Novo Ensino Médio” alinha-se às recomendações do Banco Mundial e às demandas do empresariado brasileiro, beneficiando-se de uma parcela significativa do financiamento externo do BIRD e do financiamento nacional como contrapartida (Deitos, 2000). Este acordo, enquanto componente de um projeto educacional nacional, insere-se nas estratégias justificadoras das reformas educacionais brasileiras, alinhadas às exigências da lógica social e econômica sob o arcabouço ideológico do capitalismo.

A política de financiamento externo para o “Novo Ensino Médio” ilustra uma dinâmica onde as políticas sociais, e neste caso as educacionais, são tratadas como “mercadorias-reformas”. Estas reformas educacionais acabam sendo negociadas como mercadorias e sustentam mecanismos crescentes de endividamento e de ajuste social perverso (Harvey, 2018). O “Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi instituído com base nas recomendações do Banco Mundial, destacando-se pelas diretrizes políticas e pelos desdobramentos da Lei nº 13.415/2017. Nesse contexto, a

reforma curricular e as alterações na BNCC e nos “itinerários formativos” foram desenvolvidas conforme as orientações do contrato de empréstimo com o Banco Mundial.

A análise indica que as medidas adotadas pelo Estado para a implementação da reforma do Ensino Médio, no que se refere às políticas de financiamento, não só aumentam o endividamento público, mas também ajustam a educação às demandas da produção e do trabalho. Utilizam-se pressupostos ideológicos, econômicos e financeiros que implicam em adequações da educação para fomentar a perspectivada flexibilização do desenvolvimento econômico, do aumento da produtividade e da adequação das relações de trabalho com as demandas do mercado de trabalho, desconsiderando a questão da subsistência e da humanização dos sujeitos (Evangelista *et al.*, 2019).

Ao considerar esses aspectos, a análise se fundamenta no estudo dos documentos oficiais do Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, e nas orientações do Banco Mundial. A investigação analisa as principais medidas adotadas pelo Estado para a implementação da reforma do Ensino Médio, em especial no que se refere à política de financiamento. Este financiamento, delineado pela implementação da Lei 13.415/2017, está inserido no contexto da lógica da circulação do capital, pela criação de endividamento, e se materializa no cenário da reforma educacional.

Por fim, a análise conclui que as políticas educacionais, enquanto parte das políticas sociais, são tratadas como reformas negociadas como mercadorias, que sustentam os mecanismos de endividamento e ajuste social. O financiamento do “Novo Ensino Médio”, delineado pela Lei 13.415/2017, demonstra a preocupação do Banco Mundial com o alinhamento às demandas do mercado de trabalho, revelando que a Secretaria de Educação Básica do MEC e outras entidades se alinham às recomendações e orientações de organismos multilaterais nas políticas educacionais, tornando a educação um componente-chave para o processo de controle social e ideológico e funcional aos interesses hegemônicos do capital (Harvey, 2018).

Análise dos Componentes de Financiamento

O “Acordo de Empréstimo” entre o Brasil e o Banco Mundial representa uma política estratégica complexa para a reforma do Ensino Médio. Os recursos financeiros destinados a este projeto estão divididos em dois componentes principais. O primeiro, com um montante de US\$ 221 milhões, foca na revisão dos currículos e na expansão do tempo integral nas escolas. Este componente reflete a política de fomento às escolas em tempo integral, que recebe a maior parte dos recursos. Por outro lado, o segundo componente, com US\$ 29 milhões, destina-se principalmente às frentes de flexibilização curricular e à logística operacional dessa flexibilização nas escolas.

Estes componentes de financiamento, conforme delineados no acordo, refletem uma abordagem multifacetada para a reforma educacional. Enquanto o primeiro componente se concentra na estrutura e conteúdo curricular, juntamente com a extensão do tempo escolar, o segundo componente aborda a assistência técnica necessária para implementar essas mudanças. Essa divisão financeira mostra a intenção de abordar a

reforma educacional de maneira holística, cobrindo tanto o desenvolvimento curricular quanto a infraestrutura e suporte técnico necessários para sua execução.

O Parecer 11/2017 do MEC esclarece o objetivo da Lei nº 13.415/2017, que é flexibilizar o currículo do Ensino Médio para torná-lo mais atrativo e alinhado com as necessidades do mercado de trabalho, além de promover a educação integral. Este aspecto da reforma é crucial, pois visa melhorar a qualidade do ensino e reduzir as taxas de abandono escolar. A abordagem dual do financiamento reflete uma compreensão de que mudanças significativas no sistema educacional requerem tanto inovação curricular quanto suporte estrutural e técnico.

A relação de custo-benefício do acordo de empréstimo é evidente nas condições financeiras estabelecidas. O empréstimo de US\$ 250 milhões, distribuído ao longo de cinco anos, destina-se a apoiar a implementação de novos currículos e fomentar o ensino médio em tempo integral. Essa alocação de recursos demonstra um compromisso significativo com a reforma educacional, refletindo a necessidade de investimentos substanciais para efetuar mudanças profundas e duradouras no sistema de ensino.

O projeto de empréstimo prevê um aumento na conclusão do Ensino Médio, melhoria nas notas do IDEB e fortalecimento da capacidade institucional dos estados. Esses objetivos, alinhados com as metas de desenvolvimento humano e capacidade produtiva, sublinham a importância de investimentos direcionados e estratégicos no setor educacional. A visão econômica e social que fundamenta o acordo com o Banco Mundial indica um reconhecimento da educação como um investimento crucial para o futuro do país.

É importante destacar que o acordo de empréstimo induz à continuidade da política pública de reforma educacional, garantindo sua implementação durante um período de cinco anos (2018 a 2022). Este aspecto do financiamento assegura uma abordagem de longo prazo para a reforma, evitando interrupções ou descontinuidades que poderiam comprometer seu sucesso. A análise das condições financeiras e dos objetivos do acordo revela uma política educacional que busca equilibrar a necessidade de inovação com a exigência de sustentabilidade e continuidade.

Execução Orçamentária na Reforma do Ensino Médio

O projeto do Acordo de Empréstimo entre o Brasil e o Banco Mundial para a reforma do Ensino Médio inclui uma estrutura financeira complexa, composta por recursos próprios do MEC/Governo Federal e um empréstimo do BIRD. Esta estrutura destaca a envergadura do projeto e o compromisso financeiro necessário para sua implementação. Os valores totais, distribuídos ao longo de vários anos, refletem a magnitude do investimento na educação e a visão de longo prazo para a reforma do Ensino Médio no Brasil.

A execução financeira do Acordo mostra uma alocação de recursos entre os componentes principais do projeto. O Componente 1 foca na implementação do novo Ensino Médio e na expansão do ensino em tempo integral, enquanto o Componente 2 se concentra na assistência técnica e no fortalecimento da capacidade institucional do MEC e das secretarias estaduais e distritais de educação. Essa distribuição de fundos reflete uma

abordagem equilibrada e estratégica, abordando tanto a infraestrutura educacional quanto a necessidade de apoio técnico e administrativo.

O financiamento externo, com suas condições financeiras específicas, desempenha um papel crucial na viabilização dessa reforma. Os termos do empréstimo e as condições financeiras associadas, incluindo taxas de juros e comissões, são componentes críticos para o sucesso do projeto. Eles demonstram a complexidade e os desafios inerentes ao financiamento de grandes projetos de reforma educacional, que envolvem tanto recursos internos quanto externos.

Além disso, o endividamento público decorrente desse acordo, conforme destacado por Harvey (2018), aumenta a dívida externa do Brasil, trazendo implicações econômicas a longo prazo. A análise da COFLEX sobre o custo efetivo da operação de empréstimo, considerando as projeções de mercado, destaca a importância de avaliar minuciosamente as implicações financeiras desses grandes acordos.

O Projeto de apoio à Implementação do Novo Ensino Médio, elaborado pelo MEC e aprovado pelo Banco Mundial, alinha-se às recomendações internacionais para a melhoria da qualidade educacional. Esta aliança reflete o reconhecimento da importância da educação na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento humano. As diretrizes do projeto, focadas na universalização do Ensino Médio, na redução das desigualdades educacionais e na melhoria da eficiência dos investimentos públicos, são essenciais para a concretização dos objetivos educacionais e econômicos do país.

Por fim, a operação de crédito e a implementação do projeto são etapas cruciais para a concretização da reforma do Ensino Médio no Brasil. A análise crítica deste financiamento, suas condições, execução e objetivos, é fundamental para compreender o impacto desta reforma educacional a longo prazo, tanto em termos de melhoria da qualidade do ensino quanto de sustentabilidade financeira.

Financiamento, Execução e Implicações Educacionais

A reforma do Ensino Médio no Brasil, patrocinada pelo Banco Mundial, visa reestruturar o sistema educacional para melhor atender às demandas do mercado de trabalho. No entanto, isso levanta preocupações sobre se o mercado de trabalho pode absorver adequadamente este aumento na força de trabalho qualificada, uma questão particularmente premente em um cenário econômico desafiador (Peroni, 2015).

O programa do Banco Mundial foca em duas áreas principais: reforma curricular com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e “itinerários formativos” flexíveis, além da expansão do ensino em tempo integral. Estas mudanças visam tornar o ensino médio mais atraente e relevante para os jovens, buscando aumentar as taxas de conclusão escolar e prepará-los para futuras demandas profissionais (Brasil, CGU, 2019).

O financiamento do projeto inclui um monitoramento rigoroso do uso dos recursos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Sistema Integrado de Monitoramento do MEC. Isso visa garantir uma aplicação eficaz dos fundos, alinhada aos objetivos do projeto (Brasil, 2018).

Um aspecto crucial da reforma é a parceria entre os setores público e privado, especialmente no desenvolvimento dos itinerários formativos e no alinhamento com as

demandas do mercado de trabalho. Estas parcerias visam aumentar a eficiência dos gastos públicos e incorporar inovações do setor privado na educação, embora haja preocupações de que tal abordagem possa priorizar interesses empresariais em detrimento de uma educação pública mais inclusiva e equitativa (Peroni, 2015).

Além disso, o financiamento do projeto faz parte do processo de endividamento público do Brasil, gerando preocupações sobre a sustentabilidade financeira a longo prazo e as implicações econômicas. Harvey (2018) argumenta que o endividamento público pode aprisionar a produção futura de valor subvertendo soberania do Estado.

Por fim, as políticas educacionais, moldadas por financiamentos externos como o do Banco Mundial, refletem um equilíbrio entre metas (inter)nacionais. Enquanto buscam melhorar a qualidade educacional e alinhar a educação com as necessidades do mercado de trabalho, também demonstram a crescente influência de interesses econômicos e políticas globais no setor educacional brasileiro (Harvey, 2018).

A implementação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

A política educacional brasileira, moldada pelo PFEMTI (Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral), articula-se com as diretrizes do “Programa de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio—Programas por Resultados” do Banco Mundial (BM, 2017) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Este programa é efetivado pelo Ministério da Educação, que homologa os dispositivos legais e as diretrizes políticas, fundamentais para a implementação da Lei nº 13.415/2017. O programa representa um marco na educação brasileira, introduzindo um novo paradigma na organização curricular e na gestão escolar, com foco na ampliação da jornada escolar e na flexibilização curricular (Brasil, 2018).

O “Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral”, instituído pela Reforma do Ensino Médio, baseia-se nos princípios e recomendações do Banco Mundial. Este programa visa a uma reestruturação curricular abrangente, enfatizando a flexibilização e a contextualização do aprendizado. As diretrizes políticas e os desdobramentos da Lei nº 13.415/2017 enfocam a reorganização dos currículos, visando um ensino mais atrativo e alinhado com as necessidades contemporâneas do mundo do trabalho (CGU, 2018).

Os documentos-chave para a reforma do Ensino Médio incluem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a própria Lei nº 13.415/2017. Estes documentos foram desenvolvidos seguindo as orientações do Banco Mundial e do BIRD, refletindo uma abordagem que integra aspectos socioambientais e econômicos no contexto educacional. As políticas educacionais brasileiras, assim, passam a ser moldadas por uma perspectiva globalizada, com foco na eficiência e na adequação às dinâmicas do mercado de trabalho (Chaves; Silva D. C. C.; Silva C. C., 2019).

Para implementar o “Novo Ensino Médio”, é essencial que as Secretarias Estaduais da Educação regulamentem a oferta desse modelo educacional em seus respectivos estados. O Estado do Paraná, por exemplo, segue um modelo de projeto piloto para

adesão ao Programa EMTI, demonstrando como as políticas nacionais são adaptadas e implementadas em contextos estaduais específicos. Esse processo de adaptação local é crucial para garantir que as reformas educacionais atendam às necessidades e realidades específicas de cada região do Brasil (Evangelista *et al.*, 2019).

A Lei 13.415/2017, ao instituir a "Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral", baseia-se em uma série de justificativas que apontam para a necessidade de uma reforma substancial no Ensino Médio brasileiro. A lei identifica um currículo excessivamente extenso e fragmentado, além de destacar os baixos resultados no IDEB, evidenciando a necessidade de um ensino mais adaptado às demandas contemporâneas do mercado de trabalho (Harvey, 2018).

As propostas educacionais para a "Reforma do Ensino Médio" devem ser compreendidas no contexto das justificativas apresentadas na Exposição da Medida Provisória 746/2016. O governo brasileiro ressalta a necessidade de reestruturação do Ensino Médio para atender às exigências de um mercado de trabalho em constante mudança, visando formar um capital humano flexível e adaptável. Este enfoque está alinhado com as recomendações do Banco Mundial, que enfatiza a importância de um ensino alinhado às necessidades de um mercado globalizado (Peroni, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo iniciou com o objetivo de investigar as principais medidas adotadas pelo Estado para a implementação da reforma do Ensino Médio, focando particularmente na política de financiamento do Banco Mundial. Este objetivo foi alcançado através de uma análise detalhada das políticas educacionais e suas justificativas, revelando como a reforma do Ensino Médio está alinhada com as diretrizes globais e influenciada pela lógica do capitalismo.

Os resultados obtidos indicam que as reformas do Ensino Médio, especialmente no que se refere ao financiamento pelo Banco Mundial, respondem principalmente a interesses financeiros e ideológicos. Esta análise ressalta a importância de considerar as dimensões políticas e econômicas que moldam as políticas educacionais. As reformas adotadas visam não apenas a melhoria da educação, mas também atendem às demandas do mercado de trabalho e do sistema capitalista global.

Em termos técnicos, as reformas propostas exigem uma reestruturação significativa no sistema educacional, incluindo a implementação de novos currículos e métodos de ensino. Estas mudanças têm implicações profundas para os professores, que precisam adaptar suas práticas pedagógicas e materiais didáticos para atender aos novos requisitos. Além disso, há um aumento na necessidade de recursos financeiros para suportar a implementação dessas reformas.

Do ponto de vista gerencial, as reformas exigem uma coordenação eficaz entre diferentes níveis de governo e instituições educacionais. A gestão eficiente dessas mudanças é crucial para garantir que os objetivos educacionais sejam atingidos sem comprometer a qualidade do ensino. Isso implica também em uma avaliação constante e ajustes nas estratégias adotadas, com base em feedback contínuo de todas as partes interessadas.

Quanto às implicações futuras, as reformas no Ensino Médio podem ter um impacto significativo na formação da próxima geração de trabalhadores e cidadãos. Há a

expectativa de que um currículo mais flexível e alinhado com as demandas do mercado de trabalho prepare melhor os estudantes para os desafios do futuro. No entanto, permanece a preocupação sobre se essa abordagem pode limitar a formação holística dos estudantes e a sua capacidade de pensamento crítico.

A análise dos artigos revelou algumas limitações significativas. Primeiramente, a restrição na seleção de fontes, limitando-se a artigos específicos, pode ter omitido importantes contribuições de outros trabalhos relevantes. Isso restringe a abrangência da análise e pode levar a uma visão parcial do impacto do financiamento do Banco Mundial no ensino médio em tempo integral. Além disso, a limitação linguística (inglês e português) pode ter excluído estudos significativos em outros idiomas, comprometendo a universalidade dos resultados. Essa restrição linguística implica que *insights* valiosos de contextos não-anglófonos ou lusófonos podem ter sido ignorados, o que é especialmente relevante em um tema com implicações globais.

Outra limitação é o período escolhido para a análise, abrangendo apenas os últimos oito anos. Embora este intervalo forneça informações sobre as tendências recentes, ele pode não capturar completamente o desenvolvimento histórico e as mudanças de longo prazo nas políticas de financiamento do Banco Mundial. Essa limitação temporal pode resultar em uma compreensão incompleta das raízes e da evolução das políticas educacionais e de financiamento, o que é crucial para entender o estado atual e projetar tendências futuras. Além disso, a exclusão de artigos com metodologias inadequadas ou de baixa qualidade, embora essencial para manter a integridade da análise, também limita a compreensão do espectro completo de opiniões e abordagens sobre o tema.

Por fim, os critérios de exclusão e inclusão pode ter introduzido um viés na seleção dos artigos. Ao excluir estudos que não se concentram especificamente no financiamento do Banco Mundial ou no ensino médio integral, a análise pode ter negligenciado perspectivas valiosas de trabalhos que abordam temas relacionados de maneiras indiretas. Essa abordagem focada, benéfica para a especificidade da análise, pode deixar de fora do estudo que oferecem uma compreensão mais holística ou interdisciplinar do financiamento educacional e suas complexas interações com outros aspectos do sistema educacional.

Finalmente, este estudo destaca a necessidade de uma reflexão contínua sobre as políticas educacionais e suas implicações mais amplas. Enquanto os esforços para melhorar a qualidade da educação e alinhá-la com as necessidades econômicas são louváveis, é fundamental garantir que essas mudanças também promovam a formação integral dos estudantes, preparando-os não apenas como trabalhadores, mas também como cidadãos conscientes e responsáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. FNDE. **Portaria nº 1.024 de 4 de outubro de 2018**, 2018.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. REVISÃO DA LITERATURA E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2017.

CHAVES, M. S.; SILVA, D. C. C.; SILVA, C. C. A RELAÇÃO DA FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO COM O DESEMPENHO ECONÔMICO BRASILEIRO. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 52, 2019.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU. **Relatório de Avaliação:** Secretaria de Educação Básica - exercício 2018. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. [S. l.: s. n.], [s. d.].

DEITOS, R. A. O Liberalismo Social-Democrata e a Reforma do Estado Brasileiro (1995-2002). **Perspectiva**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 199–229, 2012.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O.; CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional. Orgs.). **Trabalho e educação:** interlocuções marxistas. Rio Grande: FURG, 2019. p. 83–120.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. São Paulo; Boi tempo: [s. n.], 2018.

PERONI, V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação.** [S. l.: s. n.], 2015.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.